

ENTRE AS RUAS E O PODCAST: PUTAS-EPISTEMOLOGIAS E TERRITÓRIOS DE CUIDADO

BETWEEN THE STREETS AND THE PODCAST: WHORE-EPISTEMOLOGIES AND TERRITORIES OF CARE

Carla Cristina de Souza¹

Anita Guazzelli Bernardes²

Gabriel Luis Pereira Nolasco³

Resumo: Inspiradas/os por uma cartografia e uma “submetodologia indisciplinada” (Mombaça, 2016), refletimos neste texto sobre a produção de saberes e práticas de cuidado tecidas por trabalhadoras do sexo em ruas, bares e mídias digitais, especialmente pelo podcast *Rádio Vozes da Guaicurus*. Nesses itinerários, acompanhamos os rastros e práticas cotidianas das trabalhadoras do sexo, reconhecendo os saberes que emergem de seus corpos-experiências como puta-epistemologias. Discute-se como a prostituição emerge como território de pedagogias próprias, resistência política e críticas às políticas públicas higienistas. Consideramos que os espaços de sociabilidade dessas trabalhadoras constituem locais de alianças e construção coletiva de saberes que desafiam as normas institucionais e concepções hegemônicas sobre sexualidade, corpo e trabalho. Ao reconhecer as prostitutas como sujeitas epistêmicas e políticas, o artigo contribui para os debates feministas e decoloniais ao deslocar a prostituição do lugar da marginalidade para o de produção de saberes, cuidado e resistência.

Palavras-chave: Puta-Epistemologia; Prostituição; Submetodologia; Podcast.

Abstract: Inspired by cartography and an “undisciplined submethodology” (Mombaça, 2016), this text reflects on the production of knowledge and practices of care woven by sex workers on the streets, in bars, and on digital media, especially through the podcast *Rádio Vozes da Guaicurus*. In these itineraries, we follow the daily traces and practices of sex workers, recognizing the knowledge that emerges from their bodies-experiences as whore-epistemologies. We discuss how prostitution emerges as a territory of its own pedagogies, political resistance, and criticism of hygienist public policies. We consider that the spaces of sociability of these workers constitute places of alliances and collective construction of knowledge that challenge institutional norms and hegemonic conceptions about sexuality, body, and work. By recognizing prostitutes as epistemic and political subjects, the article contributes to feminist and decolonial debates by shifting prostitution from a position of marginality to one of knowledge production, care, and resistance.

Keywords: Whore-Epistemology; Prostitution; Submethodology; Podcast.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Doutora em Psicologia da Saúde – Universidade Católica Dom Bosco; E-mail: carlinhacdsouza@gmail.com; ORCID.: <https://orcid.org/0000-0002-6948-642X>.

2 Doutora em Psicologia - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Professora – Universidade Católica Dom Bosco; E-mail: anitabernardes1909@gmail.com; ORCID.: <https://orcid.org/0000-0003-4742-6036>.

3 Doutor em Psicologia da Saúde – Universidade Católica Dom Bosco; Professor – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; E-mail: nolasco.gabriel@gmail.com; ORCID.: <https://orcid.org/0000-0002-3828-7014>.

Introdução

Ao colocarmos nossos corpos como experimentação metodológica, nos aproximamos de uma política de escrita vivida, implicada na proposição de Jota Mombaça (2016) em “Rastros de uma “submetodologia indisciplinada”, para compreender formas de sexualidade, atenção e cuidados em saúde engendrados por saberes subalternizados. A partir de uma abordagem que recusa a normatividade disciplinar e os efeitos de políticas universalistas hegemônicas, tomadas como sendo verdades absolutas, buscamos, ao contrário, seguir por rastros, desvios, pistas e percursos de (nossos) corpos e daqueles/as com os/as quais produzimos afeto-pesquisa. Corpos que são reconhecidos como indisciplinados, especialmente os das trabalhadoras do sexo, que performam e produzem saberes nos distintos territórios: rua, bordéis, bares e mídias digitais. Em vez de tomar essas sujeitas como objetos estáveis de investigação, trata-se de seguir “pesquisandocom”, como propõe Márcia Moraes (2014). Trata-se de acompanhar processos, movimentos e insurgências que escapam às tentativas de fixação e categorização, tensionando os limites do que se entende como “dado”, “campo”, “sujeito” e “produção do conhecimento”.

Assim como Mombaça (2016) recusa o paradigma disciplinar como única via legítima de produção de conhecimento, também compreendemos que a pesquisa não pode ser feita a partir de um lugar de exterioridade, isto é, nossos corpos estão implicados nos afetos, riscos, deslocamentos e alianças que atravessam este percurso da vida vivida dentro e fora da pesquisa. Tomar o método como “work in process” (Mombaça, 2016; Cohen, 1999) significa também acolher os desvios como parte constitutiva do fazer pesquisa, muito inspirada na prática cartográfica. Nesse sentido, a rua, bem como os espaços digitais, são compreendidos como um território epistemológico e político, onde se produzem conhecimentos e afetações por meio de práticas corporais que desobedecem ao cânone acadêmico.

Nesse ritmo, também nos inspira Judith Butler (2018, p. 116) ao dizer: “se tenho um vínculo apenas com os que são ‘humanos’ [inteligíveis socialmente], de maneira abstrata, então evito todos os esforços de tradução cultural entre a minha situação e a dos outros”, propomos uma pesquisa que se sustenta na aliança, que não busca evitar as diferenças em nome de uma universalidade e/ou ainda de uma neutralidade como pressuposto de rigor científico comum entre as pesquisas “cientificistas”, aqui, caminhamos lado a lado com os/as sujeitos/as e que reconhecemos, justamente, as desigualdades estruturais e interseccionais que, segundo Butler (2015), produz enquadramentos tornando algumas vidas ainda mais precarizadas que outras e que, portanto,

a partir dessas diferenças se constroem alianças (Butler, 2018). A vulnerabilidade, como nos propõe Butler, é uma condição comum que nos obriga a pensar formas possíveis de coabitação.

Este trabalho se compõe inspirado pela cartografia, que acompanha as práticas cotidianas das prostitutas⁴, e a nossa aposta é em uma submetodologia indisciplinada (Mombaça, 2016), que não pretende produzir uma verdade totalizante sobre a prostituição ou sobre as trabalhadoras do sexo. Ao contrário, deseja manter-se em estado de processo, de escuta, no qual nós pesquisadoras/es somos coautorias das produções com os saberes de prostitutas. A pesquisa se dá no campo das esquinas, bares, bordéis e na escuta de um podcast – que emerge dos saberes da zona. Ao acompanhar os modos como essas sujeitas performam saberes – em falas, corpos, movimentos e estratégias de cuidado – é possível refletir sobre uma ética da escuta que escapa à lógica do dado como algo a ser coletado e analisado. Escrevemos, portanto, assim como Mombaça (2016) não apenas em busca de pontuações acadêmicas. Escrevemos com e a partir das bordas, com os ruídos que compõem as epistemologias que emergem da rua. Este texto, como a proposta metodológica que o sustenta, é também um “work in process” (Ibidem) – inacabado, móvel. É um gesto de aliança e um convite à escuta das corporalidades que compõem as ruas.

A rua, com seus fluxos de corpos, afetos e conflitos, tem sido tradicionalmente pensada como lugar de perigo e desvio. No entanto, as epistemologias feministas contracoloniais e putafeministas vêm nos mostrando que é também espaço de produção de saberes, especialmente, quando habitada por corpos socialmente lidos como dissidentes e sujeitos que performam existências subalternizadas. Nossa fabricação se produz como parte da escuta de dois espaços: o primeiro é uma cena vivenciada em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, em uma sexta-feira à tarde, no bar da dona Déia, para propor reflexões sobre a prostituição como espaço de enunciação de saberes sobre direitos, saúde sexual, práticas de cuidado, estratégias de sobrevivência e sob a lógica das pedagogias dissidentes; o segundo espaço é o podcast Rádio Vozes da Guaicurus, promovido pela Associação de prostitutas de Minas Gerais (APROSMIG), que teve seu primeiro episódio lançado em 2020, no início da pandemia da covid-19.

Rádio Vozes da Guaicurus é um espaço de produção e divulgação de conhecimento, constituído na contramão dos saberes hegemônicos, mas

4 As nomenclaturas utilizadas para descrever o ofício das trabalhadoras do sexo são múltiplas e carregam sentidos políticos, razão pela qual não adotaremos uma única denominação ao longo deste texto. Inclusive, a própria Classificação Brasileira de Ocupações (CBO 5198 – Profissionais do sexo) já evidencia essa diversidade, trazendo termos como: garota de programa, messalina, mulher da vida, trabalhadora do sexo.

pelos saberes e experiências com as ruas, que nos provoca a desacostumar o olhar para o mundo a partir das reflexões com as prostitutas, de modo a operar com e no campo de uma puta-epistemologia. Ao longo dessa escrita, buscaremos dialogar com autoras/es como Judith Butler (2018, 2015, 2003), Jota Mombaça (2016), Françoise Vergès (2021), entre outras autorias que nos ajudam a construir uma crítica ao regime do saber, constituído por uma racionalidade colonial, e uma crítica à “proteção” do Estado, que na tentativa de cuidar, por vezes, acaba descuidando de certas vidas.

Se apostamos em uma submetodologia indisciplinada (Mombaça, 2016) e em uma ética da escuta como fundamento de uma política de pesquisa contracolonial, é, justamente, na rua que essas apostas se fabricam e concretizam. Longe de ser apenas espaço de risco ou marginalidade ou de observação, a rua se torna um campo vivo de produção de saberes e de práticas de cuidado, articulando modos de existir que escapam à lógica normativa da saúde e da sexualidade. É nesse território que localizamos nossa primeira cena.

Diante disso, o objetivo geral deste artigo é olhar para o modo como prostitutas produzem saberes, práticas de cuidado e resistência política em territórios da rua, dos bares e das mídias digitais, tomando como cenas analíticas uma vivência em Campo Grande (MS) e o encontro com a escuta do podcast Rádio Vozes da Guaicurus. De modo específico, buscamos refletir com a prostituição a partir da compreensão de que os espaços de sociabilidade das profissionais do sexo se constituem enquanto territórios epistêmicos e pedagógicos; queremos compreender como práticas de cuidado e saúde sexual são produzidas fora das normativas institucionais; e refletir com o podcast pensando-o enquanto dispositivo de circulação de saberes e alianças políticas. Metodologicamente, o artigo se inspira na cartografia, mas caminha intimamente aliado em uma submetodologia indisciplinada (Mombaça, 2016) operando a partir do “pesquisarcom”, como nos possibilita pensar Márcia Moraes (2014), da ética da escuta e do acompanhamento de cenas e rastros produzidos em contextos presenciais e digitais, sem pretensão de totalização, mas como um *work in process* (Mombaça, 2016).

1 O Bar de Dona Déia e as “Mulheres que Dão de Graça”⁵

A cena apresentada resulta de uma experiência de campo realizada em 2021, no contexto de ações de prevenção em saúde sexual junto a

5 As reflexões aqui apresentadas derivam de um campo de pesquisa mais amplo, desenvolvido na tese de doutorado de uma das autoras, já publicada, sendo este artigo um desdobramento que recupera e aprofunda alguns de seus aspectos.

trabalhadoras do sexo em Campo Grande (MS). A cena não foi selecionada como “dado”, mas acompanhada a partir da potência do encontro, afetiva e política, conforme as inspirações da cartografia.

Uma das pesquisadoras que aqui tece essa escrita, acompanhada de uma amiga também pesquisadora, chegou ao bar da dona Déia em uma tarde. No local estavam cinco profissionais do sexo: algumas sentadas dentro do bar, outras do lado de fora, todas com suas latas de cerveja na mão, entre conversas, risadas e olhares atentos ao movimento da rua. Naquele dia, havia passado por diferentes casas de prostituição para entregar insumos de prevenção, como preservativos, mas ao chegar ao bar de dona Déia o insumo já havia se esgotado. Ainda assim, fez questão de passar para perguntar se precisavam, com a proposta de retornar no dia seguinte. Dona Déia, com sua acolhida habitual, ofereceu uma cadeira para que se sentasse.

A cena, já de início, nos fez observar que a rua e os territórios da prostituição não se reduzem a espaços de circulação ou prestação de serviços sexuais: são zonas de construção de afetos. O gesto simples de oferecer uma cadeira, e o modo como a conversa se desenrolou a partir desse assento partilhado, revelam práticas de escuta e reconhecimento que se entrelaçam à lógica do cuidado.

Sentada ao lado de uma das trabalhadoras do sexo, uma mulher branca com cabelos lisos de luzes californianas, a pesquisadora perguntou sobre o movimento do bar e os insumos que elas estavam precisando para o trabalho. A resposta veio direta: precisam de camisinhas e gel lubrificante, pois há muito movimento de clientes. Foi informado que o gel lubrificante está em falta no Estado, mas que levaria as camisinhas no dia seguinte. Durante a conversa, ela destaca a importância da atuação do que chama de “pessoal da saúde” nos espaços de prostituição. Embora a pesquisadora não tenha se identificado assim, sua presença e prática (a entrega de insumos de prevenção e o diálogo sobre prevenção combinada do hiv/aids) cotidiana⁶ já a coloca nesse lugar simbólico.

Durante a conversa, a fala da profissional passou para uma preocupação com outras jovens mulheres que “ficam dando de graça”, expressão que usa para descrever adolescentes ou jovens que praticam sexo fora do mercado da prostituição. Seu olhar apontava para um grupo de jovens que naquele momento atravessava a avenida que fica de frente ao bar. Segundo ela, essas meninas “novas” que não cobram pelo sexo não se previnem contra o HIV e

⁶ Entre os anos de 2018 e 2024, uma das autoras deste artigo atuou no desenvolvimento de ações de Prevenção Combinada do HIV/AIDS, realizadas por meio de um projeto social vinculado a uma Organização da Sociedade Civil (OSC), compondo o campo de pesquisa aqui mobilizado.

outras ISTs nas relações sexuais, estando mais suscetíveis às “doenças”. Nesse momento ela nomeia duas dimensões: uma questão de saúde e uma questão econômica. Para ela, essas “meninas” não apenas não se protegem, como também estão perdendo a oportunidade de monetizar suas práticas. Nas palavras dela: “já que começaram a dar, melhor cobrar; só ficam preocupadas se vão engravidar ou não”. Isso reorganiza a forma como entendemos a prostituição: não se trata de um espaço de risco, mas de conhecimento e estratégia. A prostituição, nesse cenário, não é apenas fonte de renda – é também espaço pedagógico, formador, que ensina sobre cuidado, prevenção, negociação e autonomia.

Nesse encontro, ela passa a dizer que essas jovens poderiam estar mais bem informadas se estivessem no meio da prostituição – deslocando o centro da autoridade sobre a saúde sexual. Ao afirmar: “já que começaram a dar, melhor cobrar”, ela tensiona a lógica da culpabilização moral sobre o sexo. O que ela reivindica é uma outra gramática da sexualidade, em que o sexo comercializado pode ser mais seguro, mais negociado e mais consciente do que o sexo tido fora da lógica econômica, gratuito ou “amoroso”. Estamos aqui diante de uma epistemologia da zona, uma puta-epistemologia, onde o saber não se dá apenas pela instrução formal, mas por vivência, experiência, escuta e estratégias coletivas.

○ conhecimento que circula entre profissionais do sexo é múltiplo: sabem onde realizar testagens anônimas, reconhecem perfis de clientes que se recusam a usar preservativos, compartilham histórias e alertas, organizam formas de negociar segurança diante da precariedade. Essas estratégias não são totalizantes, nem sempre garantem uma prevenção segura, mas operam como tecnologias do possível, numa economia de sobrevivência e cuidado.

A profissional do sexo com quem conversou acende uma crítica importante à lógica das políticas públicas de saúde sexual: para ela, as jovens cis heterossexuais não estão sendo consideradas como população-chave das campanhas. Hoje, os principais “alvos” das campanhas de prevenção ao HIV/Aids são os grupos historicamente marcados pela moralidade sexual cristã-colonial - gays, travestis, mulheres trans, homens que fazem sexo com homens e profissionais do sexo (Brasil, 2017). Mas o que se observa nas ruas é que esses grupos, justamente por terem sido estigmatizados e perseguidos, desenvolveram estratégias de cuidado, redes de apoio e modos de acessar informação sobre prevenção.

○ mesmo não pode ser dito das meninas jovens cis heterossexuais, muitas vezes vistas como “seguras” sexualmente, e por isso mesmo deixadas fora da centralidade das políticas públicas e campanhas. Judith Butler

(2003), ao discutir a matriz da inteligibilidade, nos ajuda a compreender como determinados corpos se tornam “legíveis” ou “ilegíveis” para o olhar normativo. A política pública se orienta, muitas vezes, por esses marcadores, e assim, corpos que não transgridem as normas de gênero e sexualidade passam a ser invisibilizados como sujeitos de atenção e cuidado. Nesse sentido, a prostituição oferece não só resistência, mas também uma ampliação da noção de quem precisa ser incluído nas ações de saúde sexual.

A cena do bar nos possibilita perceber como a prostituição é também um espaço pedagógico, em que circulam saberes sobre saúde, prevenção e autonomia. Mas esses saberes não ficam restritos ao encontro presencial: eles se expandem, se territorializam em outros meios e se deslocam para o campo digital. Assim como no bar, onde a escuta e a partilha de experiências se transformam em práticas de cuidado, também nas mídias digitais encontramos movimentos que criam redes de solidariedade e produzem conhecimento coletivo. O podcast Rádio Vozes da Guaicurus é um exemplo desse deslocamento das ruas para as plataformas digitais, ampliando e multiplicando os sentidos de uma puta-epistemologia.

2 Práticas de Cuidado nos Espaços das Mídias Digitais⁷

Escrevo para fazer correr, em circuito expandido, um saber que já transborda as estruturas sistemáticas que procuram tangenciá-lo; para fazer carcomer o centro pelas bordas e para afirmar essa bibliografia selvagem, que ousa existir no ponto cego dos arquivos oficiais (Mombaça, 2016, p. 347).

Assim como a cena anteriormente apresentada, o podcast Rádio Vozes da Guaicurus é acompanhado neste trabalho como artefato cultural, material empírico e bibliografia selvagem, no qual usamos como referência episódios produzidos entre os anos de 2020 e 2021. A escolha desses episódios se deu por sua centralidade temática nas discussões sobre práticas de cuidado, maternidade e direitos sexuais e reprodutivos – que se alia com a cena apresentada anteriormente – bem como por sua potência analítica, para também tensionar políticas públicas, regimes de saber e modos institucionais de produção do conhecimento.

O podcast Rádio Vozes da Guaicurus é, por si só, uma dessas bibliografias selvagens, um território de produção de conhecimento, uma política científica do vivido, que nasce e se sustenta fora dos formatos acadêmicos tradicionais. Mais do que um canal de comunicação, ele se afirma como uma

⁷ Essa discussão em diante constitui igualmente parte da tese de doutorado de uma das autoras, da qual este artigo se desdobra.

estratégia da Associação de Prostitutas de Minas Gerais (APROSMIG) para ocupar as mídias sociais e enfrentar, com voz própria, as violências do Estado contra as profissionais do sexo. Ao mesmo tempo, é um espaço de cuidado coletivo e de fortalecimento, onde se rompem silêncios e se criam narrativas que desestigmatizam o trabalho sexual. Isso se faz tanto pela denúncia quanto pela visibilidade de questões que atravessam suas vidas: maternidade, saúde mental, direitos sexuais e reprodutivos, prevenção às ISTs, redução de danos, políticas públicas e tantas outras dimensões que se entrecruzam nas necessidades cotidianas das trabalhadoras do sexo.

○ podcast, que funciona como um programa de rádio, trazendo músicas, debates, histórias, entrevistas, interações com as pessoas ouvintes etc., possui duração média de 20 minutos por episódio e é conduzido por diferentes “locutoras”. As temáticas abordadas nos lançam perspectivas importantes sobre diferentes assuntos que constituem a experiência não somente de mulheridades que estão na prostituição, mas do corpo feminino, ampliando discussões atravessadas pelo gênero. Ao todo foram produzidos e disponibilizados 22 episódios.

As pessoas que queiram dialogar com a Rádio, desde tirar dúvidas até pedir músicas – veiculado pelo “carro de som”, podem entrar em contato por meio dos números de telefone disponibilizados no início de cada episódio e/ou encaminhar suas mensagens por meio do Instagram da APROSMIG, o que fortalece a proposta do formato de uma rádio – interação com as pessoas ouvintes. O conteúdo pode ser acessado em diferentes plataformas, entre elas: Spotify e YouTube .

A Rádio também atua como um lugar de debate sobre os modelos legais da prostituição, desmontando “verdades” impostas pelo Estado e suas instituições. Ao reconhecer esse espaço como bibliografia e não apenas como “campo” para ser observado por pesquisadoras e pesquisadores, fortalecemos a ideia de que os saberes produzidos ali possuem relevância equivalente à de qualquer bibliografia reconhecida como acadêmica. Não se trata de afirmar que sejam do mesmo tipo ou formato, mas de reconhecer que, cada uma a seu modo, contribui como material referencial e transformador. Pensar com as prostitutas, a partir do que se produz na Rádio, nas cenas, nas ruas e em tantos outros espaços, é assumir uma aposta num método selvagem de construção bibliográfica, “capaz de colecionar rastros e tecer redes de contrabando, para que a teoria não se reduza aos circuitos fechados da academia e suas bibliotecas empoeiradas” (Mombaça, 2016, p. 347).

Produzir com uma bibliografia selvagem é apostar na vida enquanto produtora de saberes e novas realidades. É nos permitir ser atravessadas por

outras formas de pesquisar, distanciando-nos da dependência quase exclusiva de bibliografias importadas de autores/as que não falam nossa língua. É aceitar o desconforto do ainda não conhecido, um outro pesquisar que também é um gesto político e afirmar no mundo uma puta-epistemologia. Essa bibliografia abre caminhos para aproximar academia, movimentos sociais e feminismos, investindo em alianças possíveis a partir da escuta e do reconhecimento das críticas que nos são dirigidas. Ao deslocar-se da sabedoria eurocêntrica, extrativista e hierárquica da academia, a bibliografia selvagem não apaga as tensões e diferenças entre os campos, mas as coloca em diálogo. Assim como a submetodologia indisciplinada, ela nos provoca a pensar: como podemos, na pesquisa que tecemos, nos implicar em alianças reais, desde o modo como escrevemos, nos métodos que escolhemos e nas bibliografias com as quais conversamos?

As discussões propostas na Rádio, nos conduzem para pensar algumas demandas sociais e políticas públicas a partir de outras perspectivas, as de trabalhadoras do sexo, sinalizando a necessidade crítica de dialogar sobre alguns assuntos que só são possíveis se nos propusermos a escutar nesses espaços selvagens de produção bibliográfica, com as epistemologias das ruas, caminhos que são percebíveis quando nós nos lançamos a refletir e seguir com os procedimentos, modos de fazer política e produzir conhecimento com as putas. Trazer a Rádio para um diálogo como campo de pesquisa é um dos investimentos de reconhecer e se implicar com os saberes das putas, que emergem das experiências vividas e compartilhadas das ruas, como uma prática política de aliança.

É importante dizer que o nome da Rádio inspira-se no nome uma região central muito conhecida na capital de Minas Gerais. A “Guaicurus é uma rua localizada no centro de Belo Horizonte e conhecida por ser área de prostituição desde o surgimento da cidade.” (Goés, 2021, p. 222). Ela é historicamente lembrada pelo seu contexto de sociabilidade econômica sexual, onde a rede de hotelaria e o comércio da Guaicurus atende, sobretudo, as profissionais e os clientes da região.

(...)ao andarmos nessa região, avistamos vários prédios pequenos. No térreo deles funcionam alguns comércios, principalmente lanchonetes, estacionamentos e shoppings populares. Quem não conhece a fama da área dificilmente identifica estes prédios como hotéis de prostituição. No entanto, milhares de prostitutas trabalham diariamente nestes hotéis, atendendo principalmente homens de classes populares. (Ibidem)

A APROSMIG, associação que dá origem à Rádio, está situada nessa mesma região, na rua Guaicurus. Na pesquisa de Góes (2021) é possível observarmos que existe um envolvimento político entre as profissionais do sexo que atuam na região muito mobilizado por um processo que a autora chamou de “identidade coletiva” (Ibidem, p. 226). Essa identificação é evidenciada por redes e associações de prostitutas de diversas localidades do Brasil e mostra o engajamento delas em modificar certas estruturas sociais.

Ainda nesse percurso de pesquisa, dando um exemplo do que nomeou de “identidade coletiva”, a autora nos conta sobre um programa empenhado pela prefeitura de Belo Horizonte de revitalizar o Centro da cidade no ano de 2004 e o quanto tal projeto mobilizou as trabalhadoras do sexo da região, junto com Organizações da Sociedade Civil e proprietários/as dos hotéis, que se uniram diante das possibilidades de serem expulsas/os dos seus locais de trabalho, elas se encontraram em audiência para reivindicar sua permanência no centro da cidade, pois a revitalização não considerava a melhoria das condições de trabalho para a prostituição; e pelo movimento delas colocava em análise o direito e o pertencimento à cidade. Como apontado anteriormente, a questão da prostituição aqui puxa para outros direitos sociais também: direito de pertencer, de habitar, de circular, de escolher, de acessar.

Percebemos que esse processo de revitalização é uma das estratégias de política urbana muito alinhada a uma estética de “higienização” do centro, fomentada pela expulsão de determinadas corporalidades de certas localidades. Por isso, de algum modo perceber-se participante de uma “identidade coletiva” pode ser também estratégico em termos de mobilização diante dessas causalidades que vulnerabilizam as vidas, embora saibamos que não precisamos compor tal identidade para se aliar a lutas e reivindicações políticas. Neste caso, por exemplo, novamente nos deparamos com a reivindicação das ruas como um espaço público e coletivo, uma luta que deveria ser compartilhada por todas as pessoas.

Com isso, gostaríamos de reforçar que a Rádio Vozes da Guaicurus é um dos espaços potentes de mobilização política e de debates sobre o mundo que nos coloca para refletir a sociedade a partir dos saberes das putas. Alguns episódios são roteirizados com a parceria das alunas da PUC-Minas do Curso de Psicologia. Além disso, há outras parceiras, alianças formadas com profissionais de diversas áreas de atuação, entre elas da saúde, que são convidadas para debater temáticas específicas que atravessam as experiências das mulheridades de diversos contextos sociais, trazendo uma multiplicidade de assuntos embasados nas experiências das sujeitas que compõem os episódios e nas políticas públicas.

3 Quando a maternidade encontra a rádio: crítica à política de higienização e possibilidades de alianças

A Rádio nos convoca a reconhecer que suas narrativas são mais do que simples relatos: são um arquivo político, uma bibliografia selvagem (Mombaça, 2016), um artefato cultural, que nos permite acessar debates que não emergem nos espaços institucionais. Entre eles, a questão da maternidade ocupa um lugar central, pois expõe como as políticas públicas, sob o pretexto de proteger, muitas vezes reforçam estigmas e violam direitos. O episódio 20 da Rádio nos abre caminho para refletir sobre como a experiência da maternidade, quando atravessada pela prostituição, revela os limites e contradições das políticas higienistas do Estado.

No vigésimo episódio lançado em junho de 2021 pela Rádio, foi abordado o tema da maternidade. Esse episódio foi conduzido por alunas do curso de Psicologia da PUC Minas, e teve a participação de uma Ginecologista Obstétrica, que orientou a respeito dos procedimentos indispensáveis para as pessoas que estão gestando, como exemplo: os acessos ao pré-natal por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). Além da médica, o episódio contou com a participação das trabalhadoras do sexo que atuam na Guaicurus, onde compartilharam suas experiências com a maternidade e a estigmatização atravessada ao fato de terem filhas/os e serem putas. Abaixo segue a capa do episódio:

Figura 1: “Maternidade”, da Rádio Vozes da Guaicurus



Fonte: Podcast Rádio Vozes da Guaicurus. Spotify, 2023.

Entre todos os episódios disponibilizados, decidimos trazer esse para refletirmos, pois assim que o ouvimos, ele nos fez lembrar rapidamente de uma movimentação contra a publicação de uma portaria que ocorreu no ano de seu lançamento, em 2021. No dia 19 de abril de 2021 era publicada a Portaria nº 13/2021, pela Secretaria de Ciência e Tecnologia (SCTIE) do Ministério da Saúde, que previa como uma estratégia de saúde pública a implementação de um programa de prevenção à gravidez não planejada. A questão é que tal programa abarcava apenas um “público-chave” para a implementação do método contraceptivo por meio do implante subdérmico com etonogestrel.

O documento publicado em 2021, pelo Ministério da Saúde, previa como público para esse programa:

(...) mulheres em idade fértil: em situação de rua; com HIV/AIDS em uso de dolutegravir; em uso de talidomida; privadas de liberdade; trabalhadoras do sexo; e em tratamento de tuberculose em uso de aminoglicosídeos, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. (Brasil, 2021).

Segundo as autoras Claudia Carneiro da Cunha e Martha Cristina Nunes Moreira (2021):

A Portaria se alicerça no relatório da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) do Ministério da Saúde - que conclui sobre o impacto orçamentário da universalização desse método -, descumprindo os princípios de universalidade e equidade do Sistema Único de Saúde (SUS), violando a autonomia corporal e reprodutiva dessas mulheres. (Cunha; Moreira, 2021, p.01).

O fato de as autoras trazerem para discussão tal questão como uma problemática da violação dos direitos sexuais e reprodutivos, a partir dos princípios abordados no SUS, corrobora intimamente com as justificativas e debates que compuseram as movimentações das ativistas feministas, à época, a respeito dessa portaria. “Não são quaisquer mulheres e corpos os alvos dessa ação” (Cunha; Moreira, 2021, p. 02). Se a política do SUS está implicada em acolher universalmente todas as pessoas, por que lançar uma estratégia onde apenas as corporalidades historicamente direcionadas às margens sociais são tomadas como corpos onde a gravidez deve ser “indesejada”? Poderíamos olhar tal política sob a perspectiva da equidade, dos direitos igualitários para sujeitas em condições de vulnerabilização, no entanto, vejamos, não é qualquer estratégia de política pública de saúde que está sendo direcionada para esse público, mas uma que perpassa especificamente à não produção

da vida. Parece-nos que, não há uma proteção da vida pela diferença, mas uma não produção da própria diferença, e aqui a tomamos como algo incontornável a nós, pois afinal, o problema não são as diferenças, mas como produzimos desigualdades a partir delas.

Ao discutir a maternidade e a tentativa de regulação da reprodução por meio da Portaria nº 13/2021, percebemos como o Estado assume uma posição tutelar que, em vez de proteger, controla e normatiza os corpos. Essa lógica se articula ao que Françoise Vergès (2021) denuncia como a face colonial e patriarcal da proteção estatal. Assim, o que vemos nos relatos das prostitutas e nas mobilizações de coletivos feministas e putafeministas é a emergência de alternativas de cuidado que não dependem da tutela estatal, mas se constroem a partir da solidariedade, da experiência compartilhada e da invenção de alianças nas bordas.

É importante frisar que, embora se tenha a possibilidade de escolha para a utilização ou não desse método contraceptivo, não é possível desconsiderar que compartilhamos de uma política de gestão da vida constituída por perspectivas colonizadoras – entre elas, pela lógica da moral –, é como se dissessem: não queremos filhos/as da puta.

A biopolítica, estruturada no sentido da manutenção da vida individual e coletiva, se coloca num jogo amplo de relações, normatizando a reprodução, determinando os formatos de família e a forma de se exercer o sexo, moralizando-o; prezando a disciplina dos corpos, sobretudo por meio dos cuidados de saúde. No plano populacional, os efeitos do biopoder norteiam as políticas do sexo e as relações de gênero. Tais efeitos são acionados para “regular” corpos abjetos que afrontam as normas, que misturariam (não necessariamente todos estes elementos) sexo, erotismo, hierarquia, gozo, risco, perigo, inversão de papéis, assimetrias, drogas, descontrole, desejo exacerbado, violência, entre outros. (Ibidem, p. 02).

Conforme mencionado, essa percepção – de regulação das corporalidades – esteve compartilhada por diversos movimentos feministas, incluindo as putafeministas, tal posicionamento ficou evidente por meio da publicação feita pela Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA) em nota conjunta com outras associações, coletivos etc., onde repudiaram tal política, descrevendo-a como: “(...) higienista, classista, racista e baseada em estigmas sobre as populações às quais se destina, que já sofrem obstáculos e impedimentos no exercício da maternidade e da autonomia corporal”. Dos movimentos de trabalhadoras do sexo, assinaram essa nota conjunta: “Tulipas do Cerrado: Rede de Redução de Danos e Profissionais do Sexo do DF e

entorno” - aqui já mencionada -; “Red de Mujeres Trabajadoras Sexuales de Latinoamérica y el Caribe (RedTraSex)”; “Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais (CUTS)”; “Clã das Lobas”; “Coletivo Rebu”; e “Articulação Nacional de Profissionais do Sexo – ANPROSEX”. Tal nota ainda nos traz uma articulação em aliança de diferentes corporalidades, que compartilham do enquadramento da vulnerabilização.

E, mesmo que a Portaria nº 13/2021 não tenha em primeira mão um caráter compulsório, ela traz ventos conhecidos que nos alertam para práticas que violam os direitos sexuais e reprodutivos de mulheres em situação de vulnerabilidade social. (Ibidem, p. 03).

A Rádio em seus episódios aposta no comprometimento com a vida, contra a regulação dos corpos e traz demandas por políticas públicas, e/ou mesmo revisão delas, prezando pela articulação com as pessoas envolvidas. Embora a discussão sobre a maternidade abordada no episódio 20 não tenha trazido a portaria aqui citada especificamente, elas trouxeram reflexões que contribuem para o fortalecimento dessa pauta, críticas aos processos de estigmatização contra corporalidades que foram condicionadas à vulnerabilização. É preciso buscar estratégias de resistir diante dessas formas de regulações, como essa portaria, pois como nos disseram no episódio, no contexto da maternidade: “uma professora não vai ser julgada igual uma prostituta [por ser mãe]”; não será vista como um “mal exemplo para os filhos”. Nos encontramos com esse episódio dizendo da importância de construir coletivamente as pautas políticas, pois se não há essa escuta coletiva: “neste caso, as mulheres não estão sendo protegidas pelo Estado por suas ‘diferenças’, mas terão de ser protegidas do Estado.” (Cunha; Moreira, 2021, p. 02).

É importante marcar, ainda, que a Rádio tem um outro episódio que aborda os Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (DSDR), lançado em outubro de 2020. Tal episódio de número 5 traz como proposta, no entanto, algumas reflexões envoltas do direito ao aborto como uma questão a ser considerada pela saúde pública, elas fazem, inclusive, alusão ao Dia da Luta Pela Descriminalização do Aborto na América Latina. Na descrição do episódio, elas marcam: “estamos unidas contra a criminalização das mulheres e pessoas que gestam. Aborto seguro, legal e gratuito já!”. É interessante que nesse diálogo, as profissionais estão conversando com o movimento das “Evangélicas pela igualdade de gênero”, que ao contrário do fundamentalismo religioso, elas anunciam no episódio que todas as pessoas precisam ter: “liberdade dos seus corpos e dos seus úteros”. Abaixo está a capa do episódio citado.

Figura 2: “Direitos Sexuais e Reprodutivos II”, da Rádio Vozes da Guaicurus



Fonte: Podcast *Rádio Vozes da Guaicurus*. Spotify, 2023.

Esse diálogo colabora para fomentarmos a necessidade de articulação com várias sujeitas, de ouvir diversas realidades com as pessoas envolvidas e impactadas pela falta do acesso seguro e gratuito ao aborto, inclusive de refletir quando há possibilidades de alianças com os movimentos religiosos, entre eles, aqui também destaco as “Católicas pelo direito de decidir”. Ouvir esse episódio nos auxiliou a voltar a perceber algumas tradições religiosas, como espaços possíveis de alianças e diálogos, ainda que, majoritariamente e historicamente tenham sido repressivas com alguns sujeitos e sujeitas. Tendemos a dizer que é possível ver alguns movimentos e/ou pessoas dissidentes dentro desses próprios espaços de tradições religiosas que estão se implicando numa luta pela equidade.

Ouvir as Vozes da Guaicurus, nos coloca para refletirmos sobre como construir formas de alianças. Novamente, as putas nos ensinando como articularmos pelas diferenças, mas enquanto minorias de gênero, em prol de justiça social e novos modos de existir. Isso fica evidente quando assinam uma nota junto a outros movimentos feministas contra uma política pública, que ao invés de cuidar assume a vigilância sobre seus corpos, onde é preciso tomar cuidado, ou quando convidam para diálogo mulheres evangélicas para conversar sobre o aborto. O modo como conduzem e fortalecem suas lutas, faz lembrar novamente da Butler, quando a autora diz:

os direitos pelos quais lutamos são direitos plurais, não está circunscrita, de antemão, pela identidade; isto é, não constitui uma luta apenas de determinadas identidades, e certamente é uma luta que procura expandir aquilo a que nos referimos quando falamos ‘nós’. (Butler, 2018, p. 75)

A Rádio, nesse sentido, nos convida também para pensar em estratégias de alianças, em como é possível considerar o “nós”, enquanto uma nomeação coletiva para aquilo que viemos anunciando nesse trabalho, como é possível viabilizar uma ética da coabitação e se aliar pelas diferenças.

4 Crítica à Tutela e “Proteção” do Estado

Kátia Alexandra dos Santos e Fabiane Kravutschke Bogdanovicz (2023) lembram como Françoise Vergès (2021) articula uma crítica incisiva ao Estado e ao feminismo hegemônico. “É a partir da despatriarcalização e descolonização da proteção que Vergès procura (...) imprimir um prisma antirracista à análise do fenômeno da violência.” (2023, p. 315). Para Vergès, a proteção das populações mais vulneráveis foi sendo incorporada como responsabilidade do Estado, sustentada por dispositivos administrativos e burocráticos que, sob o pretexto de cuidar, operam exclusões e reforçam hierarquias. Em contraponto, ela se alia a propostas de mulheres nativas da América Central e do Sul, que defendem “uma despatriarcalização e uma descolonização da proteção; uma alternativa à proteção patriarcal e estatal” (Vergès, 2021, p. 17). Trata-se de um posicionamento ético-político que confronta a lógica neoliberal do protecionismo estatal e abre espaço para reconhecer que o cuidado também é praticado e inventado por profissionais do sexo, especialmente quando desafiam redes de “proteção” que, em vez de acolher, punem e precarizam. É nesse contexto que se afirma a necessidade de uma puta-epistemologia, capaz de legitimar saberes situados que escapam tanto ao controle do Estado quanto à tutela salvacionista de certo feminismo ocidental.

O Estado, por sua vez, não atua apenas por meio de leis ou políticas explícitas, mas também pela materialidade dos espaços. Suas estruturas arquitetônicas, como lembra Vergès (2021), carregam a potência da política de “limpeza” e organizam a cidade segundo uma lógica higienizadora, hostil às mulheres e, sobretudo, às que são “racializadas, às pessoas sem-teto, refugiadas, idosas, imigrantes, pobres, com deficiência, negras e árabes” (Vergès, 2021, p. 82), e aqui incluímos também as prostitutas. A questão, portanto, não está nos sujeitos em si, mas nos processos sociais e nas formas coloniais de organização que definem quais corpos são inteligíveis e aceitáveis e quais são considerados descartáveis.

No contexto francês, como expõe Vergès, a “lei de proteção interna de março de 2003 (...) visava excluir da rua a presença de corpos femininos racializados que, por seu aspecto, poluíam o espaço público” (Vergès, 2021, p. 109). No Brasil, ainda que sem um dispositivo legal nomeado dessa forma, vemos uma lógica semelhante: a higienização dos corpos nas ruas seleciona corpos específicos, operando segundo a branquitude e o desejo universalista, cis-heteronormativo e monogâmico, ao manter o espaço público livre de corpos que não se enquadram nessas normas. Como afirma Vergès (2021, p. 109-110), sob o olhar colonizador, a rua “deve ser limpa desses corpos, para que as mulheres brancas – às quais essa presença incomoda e ofende (sexualização dos corpos, visibilidade do trabalho sexual) – sintam-se protegidas e livres”. Essa política de “proteção” não apenas invisibiliza, mas também marginaliza formas autônomas de cuidado que emergem entre prostitutas e que escapam à lógica estatal.

Contra esse quadro, Vergès aposta num feminismo decolonial como utopia, defendendo “uma política e uma prática da solidariedade, do amor e da autodefesa” (VERGÈS, 2021, p. 150). Trata-se de um feminismo que não busca resgatar nem salvar, mas compartilhar responsabilidades e construir coletivamente por meio do que compreendemos como alianças. Nessa perspectiva, Monique Prada critica o feminismo que vitimiza prostitutas e pretende resgatá-las, negando-lhes autonomia e capacidade de escolha, e rejeitando o diálogo com aquelas que não desejam a salvação oferecida. Como afirma Prada (2018, p. 33):

Não vejo como seria possível uma pessoa se posicionar simultaneamente contra a prostituição e a favor das mulheres que a exercem, a não ser por um erro de interpretação das nossas necessidades reais, nascido da completa falta de diálogo conosco (...). Primeiramente, pelo motivo óbvio de que não existimos – nós as prostitutas – sem a prostituição.

Mais do que “objetos” de políticas tutelares, as profissionais do sexo tecem redes próprias de proteção, aliança e cuidado sobre si e outras, redes que desafiam tanto o controle higienista do Estado quanto a tutela moralizante de certo feminismo ocidental. É nesse espaço de resistência e criação que uma puta-epistemologia, além de afirmar outras modalidades indispensáveis para pensar outras formas de vida, cuidado, justiça em que a cena com Dona Déia e o podcast tensionam.

Desse modo, da cena do bar às ondas da Rádio, das conversas sobre insumos de prevenção às críticas às políticas de controle sexual e reprodutivo, acompanhamos como os saberes puta-epistemológicos nos desafiam a deslocar o olhar. Eles desconstruem a noção da prostituição como espaço apenas de risco ou exploração e a recolocam como território de produção de conhecimento, cuidado e resistência política. Reconhecer esses saberes não significa apenas incluí-los como “objeto” de pesquisa, mas implicar-se em alianças que confrontam a colonialidade das políticas de saúde, do protecionismo estatal e da própria produção de conhecimento científico.

Considerações finais

Buscamos, neste artigo, pensar a prostituição não como um espaço de risco ou marginalidade, mas como um território político e epistêmico de produção de saberes, práticas de cuidado e resistência. A partir das inspirações cartográficas e da submetodologia indisciplinada proposta por Mombaça (2016), acompanhamos rastros, fissuras e deslocamentos das práticas cotidianas que enredam trabalho, cuidado e alianças das trabalhadoras do sexo em Campo Grande (MS), nos bares, nas ruas e nas mídias digitais, em especial no podcast Rádio Vozes da Guaicurus.

Seguindo esses rastros, pudemos observar que: primeiro, a rua e os bares se mostraram espaços vivos de circulação de saberes sobre saúde sexual e prevenção, nos quais as profissionais constroem pedagogias próprias que tensionam cuidado e saúde, criticando uma política voltada às “populações-chave”. A vivência diária, a troca de experiências e as estratégias de cuidado constituem um modo de conhecimento que escapa às formas normativas e institucionalizadas de produção de saber. Segundo, os meios digitais, especialmente o podcast, funcionam como bibliografia selvagem, tornando visíveis experiências de maternidade, redes de solidariedade e críticas às políticas higienistas, e mostrando que a produção de saberes atravessa os limites físicos da rua, deslocando-se para territórios digitais. Terceiro, a análise da Portaria nº 13/2021 do Ministério da Saúde evidenciou os mecanismos de tutela e controle estatal sobre corpos feminizados e racializados, revelando a necessidade de reconhecer e fortalecer modos de cuidado que emergem de práticas comunitárias e de alianças situadas, fora do olhar regulatório do Estado.

Ao longo desse itinerário, percebemos que as epistemologias produzidas pelas prostitutas, ou puta-epistemologias, desafiam a ideia de que o cuidado em saúde é monopolizado pelo saber biomédico. Esses saberes emergem de experiências corporais, vivências consideradas de “risco”, estratégias

de sobrevivência e trocas coletivas, propondo uma ética da escuta e do reconhecimento das diferenças estruturais que atravessam gênero, raça, classe e outros marcadores sociais das diferenças que produzem desigualdades sociais. Nesse sentido, a prostituição é um espaço de invenção política, de resistência à colonialidade e de produção de conhecimento situado.

Além disso, os episódios da Rádio Vozes da Guaicurus e as reflexões sobre maternidade e direitos reprodutivos demonstram que a mobilização política das profissionais do sexo vai além do combate à violência e à estigmatização da profissão: ela envolve a criação de redes de cuidado, de solidariedade e de alianças intersetoriais, capazes de disputar significados e sentidos sobre saúde, corpo e gênero ao produzir e constituir subjetividades. As putas, ao reivindicarem sua voz e seus saberes, nos ensinam que a emancipação política e epistemológica não depende unicamente do Estado, mas da articulação entre sujeitos e coletivos.

Reconhecer as putas-epistemologias implica deslocar a prostituição do lugar da marginalidade e do risco para o território da produção de conhecimento, do cuidado coletivo e da invenção política. Trata-se de um convite para pensar modos de pesquisar com, refletir sobre as políticas públicas e práticas sociais que se constroem a partir da escuta, da solidariedade e da coabitação das diferenças, reconhecendo que o cuidado é também potência de resistência e transformação social. A rua, os bares, os podcasts constituem territórios de sabedoria situados que desafiam a lógica normativa e nos indicam caminhos para práticas mais inclusivas, justas e plurais na saúde e na vida social. Como desdobramento, este trabalho aponta para a necessidade de novas pesquisas comprometidas com epistemologias situadas e alianças com trabalhadoras do sexo, capazes de incidir criticamente sobre políticas públicas, práticas de saúde e modos de produção do conhecimento, ampliando os debates sobre práticas de cuidado e coabitação das diferenças.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA INTERDISCIPLINAR DE AIDS (ABIA). **Nota conjunta contra a Portaria nº 13/2021, de 29 de abril de 2021.** Disponível em: <https://abiaids.org.br/em-nota-organizacoes-exigem-que-ministerio-da-saude-revoque-portaria-que-institui-implante-para-prevencao-de-gravidez-indesejada-de-mulheres-que-vivem-com-hiv-aids-e-outras-situacoes-de-vulnerabilidade/34780>. Acesso em: 8 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde. **Portaria nº 13, de 19 de abril de 2021**. Institui, no âmbito do SUS, projeto-piloto para oferta de implante subdérmico de etonogestrel. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sctie/2021/prt0013_22_04_2021.html. Acesso em: 8 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Prevenção combinada do HIV: bases conceituais para profissionais trabalhadores(as) e gestores(as) de saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/aids/pt-br/pub/2017/prevencao-combinada-do-hiv-bases-conceituais-para-profissionais-trabalhadoresas-e-gestores>. Acesso em: 4 set. 2025.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas sobre uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

COHEN, Renato. **Performance como linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

CUNHA, Claudia Carneiro da; MOREIRA, Martha Cristina Nunes. Dimensões biopolíticas da Portaria nº 13/2021 do Ministério da Saúde: impactos nos direitos e no enfrentamento de estigmas de determinados grupos de mulheres. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 7, p. e00124621, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/CM9KNStf9cSq9sV9shZttrg/>. Acesso em: 8 set. 2025.

GÓES, Juliana. O que promove a participação política? Um estudo de caso com as prostitutas da Rua Guaicurus. **Política & Sociedade**, v. 20, n. 47, p. 211-243, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/65120>. Acesso em: 8 set. 2025.

MOMBAÇA, Jota. Rastros de uma submetodologia indisciplinada. **Concinnitas**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 28, set. 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/concinnitas/article/view/25925>. Acesso em: 8 set. 2025.

MORAES, Márcia. Do “pesquisar com” ou de tecer e destecer. In: BERNARDES, Anita Guazzelli; TAVARES, Gilead Marchezi; MORAES, Márcia (org.). **Cartas para pensar políticas de pesquisa em Psicologia** [e-book]. Vitória: EDUFES, 2025. p. 131-138. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/server/api/core/bitstreams/d99f0ade-8610-4d9e-bc4e-924c00128fc5/content>. Acesso em: 8 set. 2025.

PRADA, Monique. **Putafeminista**. São Paulo: Veneta, 2018.

VERGÈS, Françoise. **Uma teoria feminista da violência**: por uma política antirracista da proteção. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

Recebido em setembro de 2025.

Aprovado em fevereiro de 2026.